

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Negociações Internacionais

Período de Análise: 01/01/2014 a 31/01/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Camponeses de Moçambique temem modernização agrícola à brasileira. Amos Zacarias – Site do MST. 07/01/2014	3
Presidente da CNA concede entrevista para mídia internacional – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 15/01/2014.....	5
Empresas de orgânicos fecham 2013 com US\$ 130 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/01/2014	7
CONTAG participa de Seminário de Apoio à Agricultura Familiar na Bolívia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/01/2014.....	8
Syngenta tenta reverter proibição de pesticidas na Europa – Valor Econômico, Agronegócios. 23/01/2014	8
"Algodão da morte": suicídios de camponeses escandalizam a Índia. Luiz Gomez – Site do MST. 27/01/2014	9
Monsanto rejeita proposta para identificação de transgênicos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2014	11
Câmara dos Deputados dos EUA aprova aguardada lei agrícola. Eric Beech – O Estado de São Paulo, Economia. 29/01/2014.....	12
Lucro da Potash cai 45% no trimestre, para US\$ 230 milhões – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014	13
Banco Mundial: Bolsa Família aponta soluções para o mundo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/01/2014.....	13
Proposta para retaliar transgênicos de múltis. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014	15
Ucrânia exportou 21,54 milhões de toneladas de grãos até janeiro – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014.....	16
Oferta elevada pressiona grãos em Chicago. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014	17
Estrangeiras apostam em insumos no Brasil. Fabiana Batista e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014	18

Camponeses de Moçambique temem modernização agrícola à brasileira. Amos Zacarias – Site do MST. 07/01/2014

Rodolfo Razão adquiriu, em 2010, o título de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (Duart) de dez hectares, mas só pode explorar sete. Alega que o restante foi ocupado por uma companhia sul-africana que cultiva soja, milho e feijões numa área estimada em dez mil hectares. De nada adiantou queixar-se às autoridades no distrito de Monapo, onde reside, na província de Nampula. Aos 78 anos, pouco pode esperar.

Brígida Mohamad, viúva de 50 anos, sofre por um dos seus sete filhos, cuja terra disse que foi invadida por uma empresa. “Meu filho já não tem onde cultivar, nós não estamos vendendo nossas machambas” (terreno agrícola), desabafou à IPS em Nacololo, localidade do mesmo distrito de Monapo, onde sempre viveu.

São casos que acentuam o temor com que os camponeses imaginam o Programa de Cooperação Tripartite para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique, conhecido como ProSavana e apoiado financeiramente pelas agências de cooperação brasileira (ABC) e japonesa (Jica).

O programa, baseado na tecnologia de agricultura tropical desenvolvida no Brasil, pretende aumentar a produção no corredor de Nacala, uma área de 14,5 milhões de hectares no centro e norte de Moçambique, com potencialidades agrônômicas semelhantes às do Cerrado, a savana brasileira. Vivem ali cerca de 4,5 milhões de habitantes, 80% na zona rural, uma alta densidade em comparação com países como o Brasil, que já viveram uma modernização agrícola que promove o êxodo rural.

No entanto, em certos lugares é possível percorrer dois quilômetros sem encontrar uma casa, dada a dispersão e o isolamento das famílias dedicadas à agricultura de subsistência em lotes de 1,5 hectares, em média. A mandioca é a principal base alimentar da região. Produzem ainda o milho, abóbora, gergelim, girassol e batata-doce. O algodão, o tabaco e o caju são cultivados para a geração de renda.

A perspectiva de se transformar o corredor em grande celeiro do país, inclusive para a exportação facilitada pelo porto de Nacala, deve intensificar os conflitos pela terra, ao atrair empresas voltadas à produção comercial e ao aumento de produtividade, em extensos estabelecimentos que deslocam populações tradicionais.

A presença dos grandes investidores é uma desgraça, praguejou Brígida Mohamad, ao rejeitar mudanças que não são necessariamente provocadas pelo ProSavana, mas podem acelerar-se por sua influência. Os camponeses não perderão suas terras, o objetivo principal do programa é acolher os agricultores que já estão no terreno e melhorar suas técnicas de produção, garantiu à IPS o coordenador moçambicano do ProSavana, Calisto Bias.

Contudo, as comunidades do corredor de Nacala sofrerão uma ruptura na sua forma de viver, porque os grandes investidores trazem novas relações, de empregados e patrões, e as monoculturas põem em xeque o hábito de “produzir um pouco de tudo para sua

alimentação”, prevê Sheila Rafi, Oficial de Recursos Naturais da organização não governamental Livaningo.

Gerar emprego por meio de investimentos agrícolas e do estabelecimento de cadeias de valor é de fato uma das “missões” do ProSavana. Outra é modernizar e diversificar a agricultura com vistas a um aumento da produtividade e da produção, informa o site criado pelo Ministério da Agricultura para divulgar o programa.

Porém, a ameaça mais sentida é a de “usurpação” das terras. Alguns tentam proteger os seus espaços com a obtenção de títulos de Duart, mas não é uma garantia, segundo os depoimentos ouvidos. A lei moçambicana de terras diz que a terra é propriedade do Estado, e não pode ser vendida ou mesmo penhorada. As pessoas, individual ou coletivamente, podem solicitar ao governo o Duart, até um período máximo de 50 anos.

Cerca de 250 camponeses de Nacololo aglomeraram-se, no dia 11 de dezembro, diante da casa do chefe do posto local, exigindo explicações sobre uma alegada usurpação de cerca de 600 hectares pela empresa sul-africana Suni.

O distrito de Malema, a 232 quilômetros da cidade de Nampula, também vive dias turbulentos. No local operam grandes companhias agrícolas como a japonesa Nitori, produtora de algodão, que obteve a concessão de cerca de 20 mil hectares onde vivem algumas famílias a serem reassentadas. Outra é a Agromoz (Agribusiness de Moçambique S.A.), sociedade de capitais brasileiro, moçambicano e português, dedicada ao cultivo de soja em dez mil hectares.

A falta de informações oficiais agrava a incerteza. “Só estamos ouvindo que há um programa chamado ProSavana pelos meios de comunicação e organizações da sociedade civil, o governo ainda não nos falou disto”, afirmou Razão. “Não estamos contra o desenvolvimento, mas queremos políticas que beneficiem o camponês e que nos expliquem o que é isto de ProSavana”, cobrou Costa Estevão, presidente do Núcleo Provincial de Camponeses de Nampula.

O acordo triangular, de aparente complementaridade entre o mercado importador japonês, os conhecimentos brasileiros e as terras de Moçambique, em execução desde 2011, já mostrou seu potencial de controvérsias.

Organizações sociais dos três países se mobilizaram para rejeitar ou reorientar o ProSavana. O Brasil quer “exportar um modelo em conflito”, segundo Fatima Mello, diretora de relações internacionais da organização não governamental brasileira Fase, que participou em agosto da Conferência Triangular dos Povos frente ao ProSavana, em Maputo.

Milhões de camponeses sem terra, êxodo rural, sangrentas disputas de terra, desmatamento e recordes mundiais no uso do agrotóxico são efeitos desse modelo que privilegia o agronegócio, a monocultura para exportação e as grandes empresas, destacam os ativistas, que defendem a agricultura familiar e a segurança alimentar.

Parte importante na implantação desse modelo foi o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer), idealizado em 1974 e executado a partir de 1978, que inspira o ProSavana. Vem do Brasil a tecnologia a ser transferida aos agricultores do Corredor de Nacala. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) capacita técnicos e gestores do Instituto de Investigação Agrária de Moçambique no primeiro projeto do ProSavana.

Os outros dois componentes, a elaboração do Plano Diretor que avalia as áreas e culturas com potencialidade no Corredor e o Projeto de Extensão e Modelos (PEM), também têm decisiva participação brasileira.

Faltam “um debate público profundo, amplo, transparente e democrático” com a sociedade e a avaliação de impacto ambiental exigida legalmente, protestaram 23 organizações e movimentos sociais moçambicanos, apoiados por 42 internacionais, em carta aberta aos governantes do Brasil, Japão e Moçambique, assinada em Maputo no dia 23 de maio do ano passado.

Os signatários reivindicam suspensão imediata das ações do ProSavana, abertura de um diálogo oficial com todos os sectores sociais do país, prioridade para a agricultura camponesa e agroecológica e uma política de soberania alimentar. Todos os recursos destinados ao ProSavana devem ser “realocados na definição e elaboração de um Plano Nacional de Apoio à Agricultura Familiar sustentável”, afirma a carta.

Presidente da CNA concede entrevista para mídia internacional – Site da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). 15/01/2014

O site americano "Agriculture.com" apresentou, aos seus leitores, a Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu, como "a voz do mundo rural no Brasil".

Leia a tradução da entrevista completa:

Mais sinais da diminuição do milho brasileiro

Kátia Abreu já foi listada entre as 100 pessoas mais influentes no Brasil. Ela é uma senadora independente do estado do Tocantins e presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Reconhecida como a voz do mundo rural no país, Abreu se uniu a diversas lutas a fim de defender regulamentações menos agressivas que iriam limitar a produção agrícola brasileira. O auge desses atritos foi quando da discussão do Novo Código Florestal no Brasil. Em uma conferência da ONU sobre mudança climática em Cancun, México, o Greenpeace chegou a entregar uma moto-serra para Abreu, em um protesto rude.

Em uma entrevista exclusiva à Agriculture.com, ela falou sobre os desafios da agricultura brasileira. A senadora acredita que os principais desafios à produção agrícola no país não são nem a logística e nem pragas, mas as próximas eleições. Abreu acredita que se a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva for eleita vice-presidente, os

produtores rurais brasileiras serão prejudicados por agressivas leis ambientais empurradas por ONGs internacionais.

Agriculture.com - Você crê que o caos logístico se repetirá em 2014 com filas nos principais portos até Abril? Você acredita que a logística continuará a ser o principal desafio da agricultura brasileira?

Kátia Abreu - Eu estou mais otimista em relação a essa situação. O primeiro aspecto é a produção de milho. Nós não teremos o mesmo nível de exportação de milho no mesmo período. Outro fator é o comércio antecipado. Ano passado, 85% das vendas foram feitas com antecedência. Este ano, nós só conseguimos vender 30% do nosso milho até dezembro. E um terceiro fator é o programa do governo direcionado à construção de armazéns. Prazos de pagamento foram estendidos e as taxas de juros são compatíveis com a capacidade de produtores. Mais armazéns estarão disponíveis nas fazendas e outros atores na cadeia de produção.

Agriculture.com - A Helicoverpa Armigera tem sido uma grande preocupação em vários estados do Brasil. Em algumas áreas, as perdas na produção de soja são estimadas em 10% devido a essa lagarta. Como os agricultores e o setor em geral estão combatendo o problema?

Abreu - Eu tenho trabalhado duro a fim de aprovar o uso da produção de biotecnologia na ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Brasil). Há uma enorme burocracia que não libera os pesticidas mais eficazes. Eu fiz uma enorme pressão sobre a ANVISA para liberar os pesticidas que efetivamente resolverão o problema.

Agriculture.com - Em 2013 os EUA exportaram uma quantidade recorde de trigo para o Brasil devido a escassez gerada pela Argentina no MERCOSUL (que inclui Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, e mais recentemente, Venezuela e Bolívia). A extensão da isenção da tarifa externa beneficiando os agricultores dos EUA fez com que alguns brasileiros reclamassem em relação às mudanças. A indústria por outro lado, quer mais trigo estadunidense no mercado. Ao mesmo tempo, federações locais afirmam que o Brasil pode triplicar a produção de trigo de uma safra para a outra se as normas não forem alteradas ao longo do ano. Em sua opinião, qual é a solução?

Abreu - No passado, o Brasil chegou a ser auto-suficiente em trigo. Há a perspectiva da falta do grão novamente em 2014. O governo lançará em breve um novo programa para sanar o problema. Eles nos ouviram. Nós precisamos de uma política melhorada. Eu sugeri um seguro agrícola de 80% e mecanismos de comercialização. Acredito que Carlos Sperotto, presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul está certo quando diz que o setor pode aumentar rapidamente a produção. Há ainda a questão da qualidade de nossas sementes. Só há plantio mais especializado no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Agriculture.com - Os agricultores brasileiros fizeram vários investimentos ao longo de 2013. Foi estabelecido um novo recorde nas vendas de maquinário com 62.500 tratores

e 8.545 colheitadeiras vendidas no ano. Com os mercados de grãos chegando a um novo patamar de preços, os produtores brasileiros estão financeiramente estáveis para suportar a pressão de mercados em baixa?

Abreu - Claro que um mercado em baixa representa perdas significantes para todos, mas nós temos boas estimativas. A maior parte dos investimentos está sendo feita com o capital de produtores rurais e os preços internacionais ainda estão competitivos. Além do que, nós chegamos a um acordo para vender grande parte de nossos estoques. Um mercado de 10 milhões de toneladas foi aberto para as vendas anuais.

Agriculture.com- Não sei a fonte original dessa informação, mas há boatos de uma possível adoção, por parte do Brasil, da taxaço sobre a exportação de grãos igual à da Argentina. As retenções nas exportações de grãos naquele país chegam a 35%. Você acredita que essa política possa ser aplicada caso a atual presidente Dilma Rousseff seja reeleita em 2014?

Abreu - Não creio que haja essa possibilidade. Isso traria um caos generalizado para a agricultura brasileira. Encontrei-me com a presidente Dilma várias vezes e não acredito que ela faria isso. Não tive a impressão de que ela deseja transformar a agricultura brasileira em caos.

Agriculture.com - Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente do Brasil no governo Lula, pode concorrer para vice-presidente do país nas eleições deste ano ao lado de Eduardo Campos. Você disse anteriormente que se a chapa dela for eleita seria “catastrófico” para a agricultura brasileira. Por que?

Abreu - Nós tivemos um período de terror com relação à questão ambiental. Agricultores foram transformados em rios de CO₂, os poluidores. Eu atribuo totalmente a ela a liderança desse processo. Ela teve zero complacência com os produtores agrícolas. Nós já não importamos produtos agrícolas. Nós fizemos uma revolução verde no mundo. Triplicamos a produtividade sem aumentar o desflorestamento. Enquanto isso, ela transformou o ministério do meio ambiente em uma ONG. Ela estava lá para defender ONGs internacionais. Como ministra, Marina Silva nunca me recebeu ou alguma de minhas propostas para projetos ambientais. Nós só que nossas opiniões sejam ouvidas e respeitadas. Durante a discussão do Código Florestal no Congresso, após sua saída do ministério, nós finalmente acabamos com o monopólio das ONGs, depois de 15 anos, na discussão ambiental.

Empresas de orgânicos fecham 2013 com US\$ 130 milhões em negócios. Bettina Barros – Valor Econômico, Agronegócios. 17/01/2014

SÃO PAULO E BRASÍLIA - A Organics Brasil, entidade que reúne 74 empresas brasileiras exportadoras de produtos e alimentos orgânicos, fechou o ano passado com geração de US\$ 130 milhões em negócios, em meio à estabilidade registrada pelo setor no ano, com crescimento mundial em torno de 10%.

“Temos a meta quantitativa de atingir 100 empresas brasileiras no mercado internacional em 2014. Sabemos que quantidade não representa qualidade, e neste caso, vamos dar maior foco no valor agregado”, afirmou Ming Liu, coordenador executivo do Projeto Organics Brasil. “O Brasil ainda tem a imagem de fornecedor de matéria prima. Vamos investir no ‘branding’ dos produtos, promover interesse em inovar e melhorar o nível de empreendedorismo sustentável dos produtores, cooperativas e empresas”.

Segundo Liu, a prioridade é mostrar os diferenciais dos produtos orgânicos brasileiros neste ano de Copa. “Nosso país tem este potencial de trazer ao mercado suas histórias e seus produtos, que na maioria dos casos já é orgânico por natureza. No mercado internacional vemos que os consumidores valorizam os produtos dos biomas, como o açaí na Europa e nos Estados Unidos e; mais recente; a erva mate no Japão”.

Estima-se que o mercado global dessa categoria de produtos - que não recebem tratamentos ou componentes químicos - faturou US\$ 60 bilhões em 2013, com a adoção de medidas importantes para o setor, como os convênios de equivalências de certificações entre os mercados europeu e americano e, a partir de 2014, entre o Japão e os Estados Unidos. O Brasil está em negociação para um convênio de equivalência com o Mercado Comum Europeu, que potencializará os negócios em curto prazo.

CONTAG participa de Seminário de Apoio à Agricultura Familiar na Bolívia – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). 23/01/2014

Começou hoje (23), em La Paz, na Bolívia, o Seminário de Apoio à Agricultura Familiar. O evento conta com participação da CONTAG e COPROFAM representando a agricultura familiar brasileira, além da CIOEC, entidade da Bolívia, e Via Campesina, da Argentina. Participam também representantes dos Ministérios da Agricultura da Bolívia, Brasil, Equador, Argentina e Uruguai.

Além de debater sobre o Ano Internacional da Agricultura Familiar, Campesina e Indígena (AIAF/CI), o seminário também dá as boas vindas à Bolívia por sua integração no grupo de países da Reunião Especializada sobre a Agricultura Familiar no Mercosul (REAF).

O vice-presidente e secretário de Relações Internacionais da CONTAG, Willian Clementino, representa a CONTAG e a COPROFAM nesta atividade. Durante a tarde, Willian levantará a questão da importância da participação da sociedade civil na REAF, como forma de desenvolver a agenda da agricultura familiar não só na Bolívia, mas em todo o Mercosul.

Syngenta tenta reverter proibição de pesticidas na Europa – Valor Econômico, Agronegócios. 23/01/2014

DAVOS - O CEO da Syngenta, Michael Mack, repudiou fortemente hoje a proibição na Europa do uso de certos pesticidas, que o bloco europeu afirma que possam prejudicar a saúde das abelhas.

Em entrevista durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, ele afirmou que a companhia fará “tudo o que puder” para ter a decisão revertida. Ele chamou a proibição - liderada no ano passado pela França, Alemanha e Holanda — de “política, na sua intenção”.

Os países europeus estão preocupados com a possibilidade de alguns tipos de pesticidas, conhecidos como neonicotinóides, prejudicarem as populações de abelhas do continente e, assim, afetar o suprimento de alimentos na região. Um estudo divulgado pela Autoridade de Segurança Alimentar da Europa afirmou que essas substâncias impõem um “risco agudo” às abelhas.

Mack, no entanto, afirmou que o impedimento do uso desses pesticidas é um “mau uso da ciência” e que dados colhidos em campo refutam as conclusões da União Europeia.

"Algodão da morte": suicídios de camponeses escandalizam a Índia. Luiz Gomez – Site do MST. 27/01/2014

Da Operamundi

Em 2013, segundo estimativas das Nações Unidas, a Índia foi o segundo produtor mais importante de algodão do planeta, com 18% da produção total. A área de cultivo utilizada, 12,2 milhões de hectares, equivale a um quarto do espaço semeado em todo o planeta para sua produção. Mas a produtividade das colheitas hindus é uma das mais baixas hoje. E tem sido assim por pelo menos 20 anos.

Talvez por isso, em algum momento dos anos 90 -- e sobretudo a partir de 2003 --, os camponeses de Maharashtra, onde tradicionalmente é produzido o algodão mais suave do mundo, começaram a se suicidar. Oprimidos pelas mudanças climáticas, as secas e escassez de água, atacados pelas pragas e cheios de dívidas, milhares de camponeses optaram por se enforcar em frente às suas casas ou beber pesticida.

Este fenômeno escandalizou o país por um tempo. O governo estabeleceu esquemas de apoio e financiamento, comissões de investigação e até leis a favor dos pequenos produtores de algodão durante a primeira década do século. De acordo com os relatórios do jornalista P. Sainath (reconhecido por suas investigações na área rural), cerca de 54 mil camponeses algodoeiros se suicidaram desde 1997 na Índia — a cifra total de suicídios de camponeses hindus chega a quase 200 mil desde então.

Endividados e sem água

A morte não para. Há algumas semanas um homem decidiu tirar a própria vida na região de Yavmatal, no nordeste de Maharashtra, ao não poder continuar cultivando e

vendendo seu algodão. Nesse pequeno distrito, conhecido como o “cinturão da morte”, ocorreram pelo menos 3 mil suicídios documentados, explica Madhav Sarkunde.

De acordo com Sarkunde, professor universitário e ativista social, “o solo de nossa terra já não é negro, não é fértil. A taxa de irrigação é muito baixa. E os bancos emprestam dinheiro aos camponeses para a colheita que, por sua vez, não podem pagá-los com a produção de seus campos”, explica a Opera Mundi. Segundo seus cálculos, entre 15 e 20 camponeses se suicidaram porque as fortes chuvas de julho passado inundaram seus cultivos.

Além disso, durante os últimos 11 anos, a região sofreu uma mudança que afetou para sempre a produção quase artesanal da fibra. A Monsanto chegou à Índia e, desde o começo dos anos 90, ofereceu uma semente de alta produtividade da série Bt (plantas resistentes a insetos e que possuem a inserção de genes isolados a partir da bactéria). Os bancos e as agências estatais apoiaram desde o começo sua semeadura com títulos e empréstimos. Mas alguém esqueceu de mencionar aos camponeses de Maharashtra que é uma semente de irrigação intensiva que precisa, além disso, de pesticidas de fórmula especial (comprados da Monsanto).

Cada vez que as chuvas são escassas, como em 2012, aumenta primeiro o número de pequenos empréstimos e, depois, sem dúvida, os suicídios. Cada vez que a temporada de colheita tem maus resultados, como em 2013, acontece o mesmo. Talvez por isso os camponeses de Maharashtra voltaram a ser notícia.

A culpa é da Monsanto?

Um estudo solicitado pela Corte Superior de Mumbai (capital do Estado) concluiu, em 2005, que as dívidas e a falta de informação sobre sementes e fertilizantes deram origem à crise humanitária. Outro, realizado pelo governo nacional, recomendou melhoras na semente e nos programas de assistência, mas nenhum mencionou diretamente a Monsanto e seu produto.

“Não para por aí. Nossa dependência dos OGM [organismos geneticamente modificados] é hoje enorme. Inclusive para semear os vegetais mais comuns, como o quiabo, temos de usar as sementes vendidas e os agentes químicos”, explica Madhav Sarkunde. O papel da Monsanto nesse drama é, segundo ele, desonesto; seu monopólio de venda de sementes cresceu geometricamente em dez anos.

Mas a Monsanto nega a relação direta entre o algodão e a tecnologia “terminator” e os suicídios, destacando, por outro lado, que os níveis de produtividade subiram desde que o algodão Bt começou a ser utilizado. É verdade. Mas a corporação e alguns comunicadores que a defendem “esquecem” de mencionar que os preços das sementes aumentaram em quase 1000% desde então, e o aumento por área cultivada tem sido também imenso. Além disso, as áreas de cultivo cresceram para o norte e para o sul.

P. Sainath notou que, ao menos oito milhões de pessoas (camponeses, suas esposas e seus filhos, basicamente) deixaram de cultivar algodão nesse século. Alguns encontraram trabalho como jornalheiros, uma grande maioria migrou para as cidades do centro e do sul da Índia, onde muitos se empregam como operários mal pagos, em fábricas têxteis que transformam o algodão em roupas para diversas companhias internacionais como a Zara.

Mineração, pobreza e repressão à guerrilha maoísta afligem indígenas na Índia

Os camponeses que ficam também começaram a encontrar formas para seguir sobrevivendo. Alguns mudam de cultivos ou os diversificam. Outros conseguem produzir e colher algodão com sementes nativas, e assim viajam à noite com suas cargas ao estado de Andhra Pradesh (onde os preços de compra são mais altos). Outros não conseguem sustentar o equilíbrio e seguem morrendo.

É verdade que esses suicídios não acontecem somente com o algodão -- a queda do preço da cana anuncia também sua quota de mortes para 2014. Mas, também, é real que nada foi feito para deter esse mortal fenômeno que está encurtando a vida de milhares de famílias.

“Precisamos de água suficiente ou de melhores preços”, conclui Sarkunde. “Também de políticas antimonopólio para o cultivo de algodão ou de soja, assim como programas de atenção social ao fenômeno”. As eleições gerais do próximo ano não prometem nada. “Mas temos de fazer algo por esses homens emocionalmente quebrados que decidem acabar com suas vidas quando já não podem trabalhar para se sustentar”.

Monsanto rejeita proposta para identificação de transgênicos – Valor Econômico, Agronegócios. 29/01/2014

As propostas para que alimentos contendo ingredientes geneticamente modificados tenham uma identificação na embalagem não têm ganhado forte apoio nos Estados Unidos. Hoje, outra derrota para quem defende essa posição: os investidores da Monsanto rejeitaram a proposta similar de um acionista durante a assembleia anual da companhia agrícola americana. Apenas 4% dos acionistas votaram favoravelmente à identificação no rótulo.

A proposta, no entanto, levou o CEO da companhia, Hugh Grant, a pessoalmente debater o assunto com os críticos à empresa presentes na assembleia - algo que a Monsanto não tem o costume de fazer. “Nós simplesmente não nos esforçamos o suficiente para nos comunicar com todos os públicos”, disse ele durante a assembleia. “Há o reconhecimento de que precisamos fazer mais”.

Do lado de fora do encontro, manifestantes contrários aos transgênicos protestavam com legumes gigantes, resultantes do uso de pesticidas produzidos pela companhia e a concorrência.

A intensificação dos debates sobre a rotulagem de embalagens de alimentos com ingredientes geneticamente modificados ocorre em meio a discussões estaduais sobre a necessidade ou não dessa informação. Para a indústria de sementes e agrotóxicos, a medida elevaria os custos e daria a impressão incorreta de que os produtos não seriam seguros.

Legisladores de New Hampshire rejeitam na semana passada a rotulagem, seguindo a orientação do Estado de Washington, tomada em novembro. Maine e Connecticut, por outro lado, aprovaram a medida. A determinação ainda está em estudo nos demais Estados do país.

Câmara dos Deputados dos EUA aprova aguardada lei agrícola. Eric Beech – O Estado de São Paulo, Economia. 29/01/2014

WASHINGTON, 29 JAN - A Câmara dos Deputados dos Estados Unidos aprovou nesta quarta-feira uma lei agrícola de quase 1 trilhão de dólares que acaba com os custosos subsídios diretos a produtores, ao mesmo tempo em que expande o programa de seguro agrícola com o apoio governamental.

O projeto foi aprovado facilmente por 251 votos contra 166. A lei saiu com mais de um ano de atraso, em meio à dificuldade dos congressistas de chegar a um acordo.

O Senado deve votar a lei já na próxima semana, com mais de um ano de atraso em relação ao esperado.

Os líderes das comissões agrícolas da Câmara e do Senado disseram esperar que o presidente Barack Obama sancione a lei.

A ampla legislação afeta mais de 16 milhões de empregos no setor agrícola norte-americano e pode afetar as grandes companhias do agronegócio.

As comissões de agricultura disseram que esta lei economizará cerca de 23 bilhões de dólares em 10 anos, comparado com o financiamento atual --embora o montante seja menor do que o esperado pelos conservadores republicanos.

O Escritório de Orçamento do Congresso, usando métrica diferente, estimou a economia em cerca de 16 bilhões de dólares ao longo de uma década.

Cerca de 8 bilhões de dólares em economias virão de cortes no Programa de Assistência à Nutrição Suplementar, conhecido como cartão alimentação. O corte ficou bem abaixo dos 40 bilhões de dólares defendidos pela Câmara, mas ainda é o dobro do montante originalmente defendido pelos democratas do Senado.

Congressistas liberais criticaram o corte de cerca de 1 por cento no programa, destinado a compra de alimentos por cerca de 47 milhões de pessoas de baixa renda e responde por mais de três quartos do gasto na lei agrícola.

"Esta lei vai piorar a fome na América", disse o deputado democrata Jim McGovern de Massachusetts no Congresso.

Com as eleições ao congresso em novembro, Obama vem ressaltando os programas de segurança social, com o cartão alimentação e o seguro-desemprego, como uma forma de combater a crescente desigualdade social nos EUA.

A última lei agrícola, aprovada em 2008, expirou em setembro depois de ter sido estendida por um ano, enquanto os negociadores ajustavam as diferenças entre as medidas aprovadas pela Câmara e Senado.

Lucro da Potash cai 45% no trimestre, para US\$ 230 milhões – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014

A companhia de fertilizantes canadense Potash Corporation of Saskatchewan informou uma queda de 45% no seu lucro, no quarto trimestre fiscal, para US\$ 230 milhões ou US\$ 0,26 por ação.

Segundo comunicado da companhia, a queda no lucro é resultado do recuo nos preços mundiais do potássio, depois que a empresa russa Uralkali encerrou uma parceria com a estatal bielorrusa do setor. O preço médio do potássio caiu para US\$ 282 por tonelada no trimestre, na comparação com US\$ 387 a tonelada no mesmo período do ano anterior.

As vendas totais da Potash caíram para US\$ 1,54 bilhão no trimestre ante US\$ 1,64 bilhão um ano antes.

"Este trimestre foi difícil", resumiu o presidente da Potash, Bill Doyle, em comunicado .

No comunicado, a empresa afirmou também que as margens brutas caíram para todos os três nutrientes usados em fertilizantes: potássio, nitrogênio e fosfato.

Em outro comunicado, a companhia afirmou que pagará dividendo trimestral de US\$ 0,35 por ação em 1º de maio de 2014, com base na posição acionária de 10 de abril de 2014.

Banco Mundial: Bolsa Família aponta soluções para o mundo – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/01/2014

Em painel temático sobre 10 anos do programa, instituição destaca contribuições da experiência brasileira nação para promover inclusão social e combater as desigualdades

Brasília, 30 – O Banco Mundial considera o programa Bolsa Família uma experiência importante que contém lições a outros países sobre políticas de redução da desigualdade social. “Montar um sistema de proteção social não é apenas algo que pode ser feito, mas que deve ser feito e que é possível”, disse o diretor de Proteção Social do Banco

Mundial, Arup Banerji, durante o painel Bolsa Família, uma década de inclusão social no Brasil, nesta quinta-feira (30), em Washington, nos Estados Unidos.

“O programa mostra que é possível estabelecer metas ambiciosas, colocando o foco das ações nas famílias”, elogiou Banerji. “Além disso, aponta que se pode buscar e produzir evidências científicas para implementar e aprimorar o programa”. Ele e outros diretores do Banco Mundial estiveram reunidos com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello. Com a política de transferência de renda, 36 milhões de brasileiros se mantêm fora da linha de pobreza do ponto de vista de renda.

Tereza Campello apresentou à diretoria do Banco Mundial os resultados da experiência brasileira. “O Bolsa Família é hoje o carro-chefe do governo brasileiro na área social”, comentou. “O programa foi um dos vetores estratégicos das mudanças alcançadas pelo Brasil nos últimos anos, embora não tenha sido o único”.

Conquista - Para o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina, Hasan Tuluy, a retirada de 36 milhões de pessoas da extrema pobreza é uma conquista memorável e exemplo para outros países. “Não apenas apoiamos a execução do programa no país desde 2004, como também aprendemos muito”, disse. “Temos tido a chance de falar sobre o Bolsa Família a outros países, para que se inspirem na experiência brasileira antes de implementar programas sociais.”

Diretora do Banco Mundial, Sri Mulyani, enfatizou que o primeiro passo na implantação de um programa como o Bolsa Família em outros países é estabelecer o público-alvo, identificar e registrar as famílias em situação de miséria, o que constitui um desafio principalmente para as nações mais pobres. “O Brasil, com o tamanho e a complexidade que tem, nos provou que é possível administrar um programa como este e nos deu lições sobre oferta de serviços e redução da pobreza focada nos segmentos mais jovens da população”, analisa. “Mas não se pode subestimar o desafio que o país ainda irá enfrentar para conseguir chegar àqueles que ainda não foram alcançados pelas ações.”

Programa estratégico - De acordo com a ministra Tereza Campello, ao longo da última década, o Brasil conseguiu excelentes resultados. “Alguns surpreenderam o próprio governo”, disse. “Conseguimos derrubar os mitos que rondavam o programa na época de sua criação.”

Ao fazer uma retrospectiva do programa, a ministra ressaltou que a unificação dos registros sobre as famílias mais pobres e a qualificação do Cadastro Único para Programas Sociais do governo brasileiro criaram uma base sólida. Foi isso que permitiu ao Bolsa Família ampliar sua atuação, chegando a 14,1 milhões de famílias atendidas. “Hoje, temos esse grande mapa social, sobre o qual a presidenta Dilma Rousseff pode construir o plano Brasil Sem Miséria”, disse Tereza Campello.

Ela destacou o impacto do Bolsa Família na educação e na saúde das crianças e jovens. A ministra apontou o avanço no desempenho escolar dos estudantes atendidos pelo

programa, em especial no ensino médio, superior à média nacional nas regiões Norte e Nordeste. Na saúde, houve a redução da mortalidade infantil – de 46% nas mortes por diarreia e 58% nos óbitos por desnutrição. Ela destacou o índice de cobertura de vacinação entre crianças até 7 anos de idade: 99,1%.

“Essas crianças e jovens foram mais expostas à educação, cumprem frequência superior à dos demais estudantes e têm saúde melhor”, disse Tereza Campello. “Elas não irão repetir a trajetória dos seus pais. Nossos estudos de hoje já mostram esse impacto, e nos próximos anos creio que estarão ainda mais evidentes”.

A ministra abordou a estratégia de busca ativa, que mobiliza a estrutura governamental para identificar e incluir no Cadastro Único as famílias que ainda vivem em situação de extrema pobreza. “Invertemos a lógica. O governo é quem vai atrás dessas pessoas, em vez de esperar que elas venham atrás de nós”, comentou. “De carro, de barco, com equipes volantes, temos chegado às localidades mais isoladas, em um esforço para incluir famílias nos programas sociais.”

Proposta para retaliar transgênicos de múltis. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 30/01/2014

Associações estaduais de produtores de algodão propõem retaliações a patentes de sementes geneticamente modificadas caso a Farm Bill, na iminência de ser aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos, seja considerada desfavorável ao produtor brasileiro, disseram fontes a par do assunto. Ao todo, as manifestações entregues na consulta pública de retaliações em propriedade intelectual nº 105/2013 da Câmara de Comércio Exterior (Camex) pedem US\$ 270 milhões em subtração de patentes da Monsanto e Dow AgroSciences, conforme antecipou ontem o Valor PRO, serviço em tempo real do Valor.

A nova lei agrícola americana, com duração de cinco anos, foi aprovada ontem na Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e a expectativa é seja aprovada em breve também pelo Senado do país. A lei passou na Câmara por 251 votos a favor e 166 contra.

Do valor de cerca de US\$ 238 milhões em retaliações em propriedade intelectual, autorizados pela Organização Mundial de Comércio (OMC) na decisão sobre a disputa envolvendo os subsídios dos Estados Unidos ao algodão, as associações pediram para retaliar US\$ 118 milhões em royalties da soja Intacta RR2 PRO na safra 2014/15. Essa variedade é o principal produto da americana Monsanto atualmente no país e foi lançada ano passado exclusivamente para o mercado brasileiro.

O segundo produto é o algodão Bolgard II RR, também da Monsanto, para o qual as associações pediram retaliações de US\$ 98,1 milhões. O terceiro e último produto é o algodão Widestrike, da Dow, que poderia sofrer até US\$ 53 milhões em retaliações. No caso de os pedidos de retaliação serem aceitos, os produtores continuariam a pagar os royalties, mas os valores não seriam remetidos às empresas americanas.

Segundo fontes do governo, ainda é necessário analisar os detalhes da nova versão da lei agrícola americana, mas o texto em discussão nas últimas semanas não satisfazia os interesses dos produtores brasileiros de algodão, que querem a resolução das disputas em torno dos subsídios do governo americano ao produto.

Conforme a avaliação da Associação Brasileira dos Produtos de Algodão (Abrapa), as mudanças que estavam em debate podem ser ainda mais distorcidas do que as subvenções que faziam parte da lei agrícola que expirou em setembro de 2013, a depender do nível dos preços do algodão.

Independente do resultado da Farm Bill, as associações, inclusive a Abrapa, continuam apoiando a retaliação imediata. A decisão teria que ser aprovada na próxima reunião da Camex no dia 20 de fevereiro próximo.

Segundo uma fonte do Ministério da Agricultura, o governo está aguardando a aprovação final para avaliar as regras que ela estabelece. "A aprovação, sem entrar no mérito da qualidade da lei, transpõe uma barreira que impedia as discussões. Agora será aberto um novo horizonte de solução mais simples do que cenários anteriores", disse a fonte.

Em 2009, o Brasil venceu a disputa com os Estados Unidos em torno dos subsídios ao algodão na OMC, que autorizou sanções de US\$ 830 milhões. Apesar da autorização, o Brasil não retaliou porque um acordo foi fechado em 2010 com os americanos. Por esse acordos, os EUA concordaram em pagar US\$ 147 milhões por ano para o Instituto Brasileiro de Algodão (IBA), em prestações mensais, até que os parlamentares americanos aprovassem uma Farm Bill de acordo com as regras da OMC.

Os americanos, porém, romperam o acordo com os brasileiros em setembro do ano passado, mês em pagaram um pouco menos de 40% dos US\$ 12,3 milhões que deviam ter depositado na conta do IBA. Os pagamentos foram totalmente interrompidos em outubro.

Ucrânia exportou 21,54 milhões de toneladas de grãos até janeiro – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014

MOSCOU - A Ucrânia exportou 21,54 milhões de toneladas de grãos entre o começo do atual ano fiscal, iniciado em julho de 2013, e o dia 30 de janeiro. O resultado é 34,5% superior ao do mesmo período do ano anterior, informou o Ministério da Agricultura do país.

De acordo com o órgão, foram exportadas 6,96 milhões de toneladas de trigo, 12,27 milhões de toneladas de milho e 2,12 milhões de toneladas de cevada.

As exportações de grãos entre 1º e 30 de janeiro totalizaram 2,78 milhões de toneladas, incluindo 150 mil toneladas de trigo, 86,4 mil toneladas de cevada e 2,5 milhões de toneladas de milho.

Oferta elevada pressiona grãos em Chicago. Mariana Caetano e Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014

A previsão de oferta abundante de trigo ao redor do mundo desferiu um duro golpe nos preços do cereal neste início de 2014. Os contratos futuros de segunda posição de entrega (normalmente, os de maior liquidez) da commodity, que caíram em nove dos 12 meses de 2013, iniciaram o novo ano também no vermelho e encerrarão janeiro na menor cotação média mensal desde junho de 2010 na bolsa de Chicago, a US\$ 5,8116. Cálculos do Valor Data fechados ontem indicam baixa de 8,09% ante a média de dezembro. Na comparação com janeiro de 2013, o recuo chega a 25,21%.

No início do mês, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) surpreendeu o mercado ao elevar a projeção para os estoques americanos e globais de trigo ao fim da safra 2013/14, inflados por uma produção mundial mais robusta e pelo consumo nos EUA menor que o esperado anteriormente.

Conforme Glauco Monte, consultor da FCStone, a queda do milho - que concorre com o trigo no segmento de alimentação animal - ajudou a pressionar o cereal. "Até o ano passado, o trigo estava mais ou menos no mesmo preço que o milho. Agora, o milho está mais barato, o que faz a demanda para ração se voltar para esse produto", diz.

A tensão com o frio nos EUA chegou a dar suporte às cotações do trigo durante parte do mês, e ainda não está totalmente descartado que as temperaturas baixas possam trazer alguns danos às lavouras do cereal de inverno no país, que sairão da dormência em abril.

Das oito principais commodities agrícolas negociadas pelo Brasil no exterior e referenciadas nas bolsas de Nova York (café, açúcar, cacau, suco de laranja e algodão) e Chicago (soja, milho e trigo), o trigo é o que registrou a maior baixa em janeiro, ante dezembro.

As preocupações com o clima nas regiões produtoras do Brasil também respingaram sobre a soja em Chicago, mas não o suficiente para evitar que a oleaginosa permanecesse em terreno negativo. Os preços da commodity, que haviam se recuperado em dezembro, registraram baixa de 3% em janeiro. Em relação ao mesmo mês de 2013, a queda é ainda mais expressiva, de 9,58%.

No fim de 2013, alguns Estados brasileiros sofreram com a estiagem, o que fez crescer os temores com possíveis quebras. "O fato é que, mesmo com a demanda aquecida, todo mundo vê boas chances de uma supersafra na América do Sul", disse Eduardo Rodriguez, corretor do Fintec Group, na Flórida.

Segundo ele, já há relatos de que a China teria cancelado compras dos EUA, em busca do produto da América do Sul, mais barato. Os analistas estão atentos aos relatórios de exportação americanos, que podem confirmar esses rumores nas próximas semanas.

Diferentemente do trigo, o milho foi favorecido por previsões "altistas" do USDA, e fecha janeiro com uma perda de 0,13%. O órgão reduziu a estimativa para a produção e os estoques americanos e globais do grão ao fim de 2013/14 - na contramão do esperado pelo mercado.

Apesar do recuo marginal em janeiro, em relação ao mesmo mês de 2013 o milho é o que mais rolou ladeira abaixo, dentre as oito commodities analisadas. A queda chega a 39,28%, reflexo da recomposição da oferta global, após uma sequência de quebras por problemas climáticos ao redor do mundo.

Não é surpresa que o açúcar demerara também tenha ampliado as perdas em Nova York. A commodity até esboçou reação em meados do ano passado, mas a previsão de um superávit de 4,7 milhões de toneladas em 2013/14 voltou a pesar. Em janeiro, a média mensal ficou em 15,60 centavos de dólar por libra-peso, a menor desde junho de 2010. A baixa é de 5,74% ante dezembro, e de 17,25% ante janeiro de 2013.

O cacau fecha o mês com perdas de 0,76%, ainda que acumule alta de 23,12% ante janeiro de 2013. Apesar da expectativa de um déficit de 70 mil toneladas da amêndoa no ciclo 2013/14, as entregas nos portos do oeste da África não diminuíram como o esperado neste início de ano.

Únicos no campo positivo este mês, café arábica, suco de laranja e algodão foram favorecidos pelas preocupações em relação à oferta. A grande disponibilidade de café arábica, que corroeu os preços do grão ao longo de 2013, cedeu lugar às especulações de que os produtores do Brasil teriam diminuído os tratos culturais, o que levaria a uma colheita mais tímida. Assim, em janeiro, o café avançou 5,68%.

A valorização do algodão também foi expressiva (4,08%) no mês, já que persistem as projeções de oferta apertada. Porém, a decisão da China de encerrar seu programa de estocagem deve reduzir os preços domésticos e a demanda por importações - o que pode voltar a pressionar a commodity.

O suco de laranja continua apoiado nos sucessivos cortes nas previsões para a safra dos EUA. Em meio à expectativa de que a Flórida (que detém o segundo maior pomar de citros do mundo) colha o menor volume em 24 anos, a bebida encerrou o mês 1,23% acima de dezembro e 25,31% à frente de janeiro de 2013.

Estrangeiras apostam em insumos no Brasil. Fabiana Batista e Mariana Caetano – Valor Econômico, Agronegócios. 31/01/2014

O ano começou movimentado para o segmento de insumos agrícolas no Brasil. O Valor apurou que quatro empresas estrangeiras, duas delas chinesas, negociam a compra de duas empresas instaladas no Brasil. Uma joint venture formada por três empresas do segmento de insumos deve comprar o controle da paranaense Prentiss, que produz defensivos. Além disso, a alemã Bayer negocia a compra de participação na unidade brasileira da argentina Biagro, produtora de inoculantes.

Se confirmada, a compra pela Bayer da unidade brasileira da Biagro significará a segunda investida da alemã no mercado mundial de agrobiológicos. Em 2012, a alemã comprou, por US\$ 425 milhões, a AgraQuest, uma empresa americana de produtos biológicos (com base em microorganismos naturais) para controle de pragas.

A empresa argentina entrou no Brasil há três anos e instalou uma fábrica em Cambé (PR) para produzir inoculantes - produtos feitos à base de micro-organismos utilizados para aumentar a fixação de nitrogênio por leguminosas.

Em ata publicada nesta semana no Diário Oficial de São Paulo, a Bayer informou que, em reunião no dia 13 de dezembro de 2013, seus acionistas aprovaram "por unanimidade" a autorização para a diretoria adotar as providências necessárias para a "aquisição de quotas da sociedade Biagro do Brasil Ltda".

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Bayer confirmou que as tratativas estão em andamento, mas não informou o percentual de participação na empresa que está em negociação. Procurada, a Biagro se limitou a dizer que as negociações estão sendo lideradas pela sede da empresa na Argentina, e que a unidade no Brasil não está envolvida nas tratativas.

Já a Prentiss, uma empresa familiar do Paraná, está em negociações avançadas para vender 70% do seu capital para uma joint venture formada por três estrangeiras, duas das quais indústrias chinesas de produtos técnicos concentrados para fabricação de defensivos, a Langfeng (Jiangsu Lanfeng Bio-chemical) e a Tide Group, que detêm juntas 90% da joint venture. A terceira companhia é a italiana Agroventure, também do mesmo segmento.

A expectativa é que a venda do controle da Prentiss seja concluída até o início de março próximo. Com sede em Curitiba, a empresa tem uma fábrica de defensivos em Campo Largo, no interior do Paraná, especialmente para as culturas do algodão, arroz, café, cana-de-açúcar, citros, milho e soja. A unidade tem capacidade para produzir por ano 35 milhões de litros de herbicida, 15 milhões de litros de inseticidas e 15 milhões de litros de fungicidas.

A operação da Prentiss foi afetada pela oscilação do preço do produto técnico concentrado do glifosato na China, entre 2008 e 2009. Houve um "descasamento" entre o valor de importação do produto e de venda no mercado interno brasileiro, o que gerou à empresa um elevado endividamento, segundo fontes a par do assunto. Com pouco capital de giro, a operação da Prentiss foi reduzida de forma que seu faturamento, de US\$ 21 milhões em 2010, caiu para US\$ 5 milhões dois anos mais tarde.

A China é a maior fornecedora de produtos técnicos para fabricação de agrotóxicos no mundo e também a maior consumidora. A vantagem em comprar participação em companhias brasileiras é que, por tabela, essas empresas compram o registro de produtos e também ganham acesso ao mercado brasileiro, que representa 20% das

vendas globais de defensivos, estimadas em US\$ 51 bilhões em 2013, segundo o consultor da AllierBrasil, Flávio Hirata.

A primeira companhia chinesa a entrar no mercado brasileiro foi a gigante estatal de químicos, China National Chemical, mais conhecida como ChemChina. Em 2011, ela adquiriu o controle da Milenia, maior indústria de defensivos genéricos do Brasil, da israelense Makhteshim-Agan.

No mesmo ano, o grupo chinês Chongqing Huapont Pharm, listado na bolsa de Shenzhen, comprou a participação de 7,5% na brasileira CCAB Agro, braço de insumos agrícolas da holding CCAB Participações, formada por 16 cooperativas de produtores rurais de diversos Estados. O negócio foi fechado por US\$ 20 milhões.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrjr.br

Sítio eletrônico: www.ufrjr.br/cpda/oppa